

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Requerimento Nº , de 2026

(Da Sra. Alice Portugal)

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Administração e Serviço Público para debater “progressos e pendências do acordo de greve dos servidores técnicos-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior”.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^ª., nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública da Comissão de Administração e Serviço Público destinada a debater os progressos e as pendências do acordo de greve dos servidores técnicos-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior celebrados com a participação do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

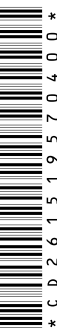
Requeiro ainda que sejam convidados para esta audiência pública as seguintes autoridades:

- 1- Ministra Esther Dweck, do Ministro da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;
- 2- Ministro da Educação, Senador Camilo Santana;
- 3- Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (FASUBRA Sindical)

JUSTIFICATIVA

A Fasubra cobra do governo o cumprimento integral do Acordo de Greve celebrado entre a entidade e o Ministério de Gestão e da Inovação em Serviço Público.

O atual momento vivido pelos(as) Técnico-Administrativos(as) em Educação é marcado pelo acúmulo de impasses nas negociações com o governo federal e pela permanência de bloqueios a pautas centrais da categoria. Passado mais de um ano da greve de 2024, o acordo firmado naquele processo segue com pontos fundamentais sem cumprimento,



enquanto o Executivo mantém uma dinâmica de respostas parciais, adiamentos e recuos limitados.

As rodadas de negociação pós-greve realizadas ao longo de 2024 e 2025 ainda permanecem sem resolver pontos centrais do acordo celebrado. Demandas como a jornada de 30 horas semanais, o reposicionamento de aposentados(as), as restrições Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), entre outros itens do acordo, estão sem encaminhamento efetivo.

Entre os temas que expressam de forma mais nítida os limites da postura governamental está o Reconhecimento de Saberes e Competências. O Projeto de Lei nº 6.170/2025, apesar de incorporar ajustes após pressão das entidades, manteve um desenho restritivo, com exclusões e condicionantes que afastam o RSC da concepção defendida pela categoria. Além disso, o pagamento do RSC permanece condicionado a espaço orçamentário, subordinada à lógica do ajuste fiscal e da priorização do mercado financeiro.

As entidades alegam que o modelo apresentado pelo governo é restritivo, excludente e distante das deliberações da categoria. A proposta mantém a exclusão de aposentados(as), de quem está em estágio probatório, limita o acesso a apenas uma pequena parte dos(as) ativos(as), impõe entraves artificiais e transforma o direito ao RSC em mecanismo seletivo.

Ao mesmo tempo, após muita mobilização, o projeto passou a assegurar a recomposição do reajuste da remuneração dos(as) médicos(as) e médicos-veterinários(as) do PCCTAE, ponto já incorporado ao texto após recuo do governo. A reafirmação desse aspecto é fundamental para garantir que o que já consta no PL seja preservado ao longo de sua tramitação, sem novas tentativas de supressão.

As representações dos servidores reclamam que o tratamento dado ao RSC e às demais pautas evidencia uma estratégia governamental baseada em concessões limitadas, que não enfrenta as causas do descumprimento do acordo nem da desvalorização da carreira.

A realização desta audiência pública visa contribuir para a solução desse impasse.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Alice Portugal

Deputada Federal - PCdoB/BA

